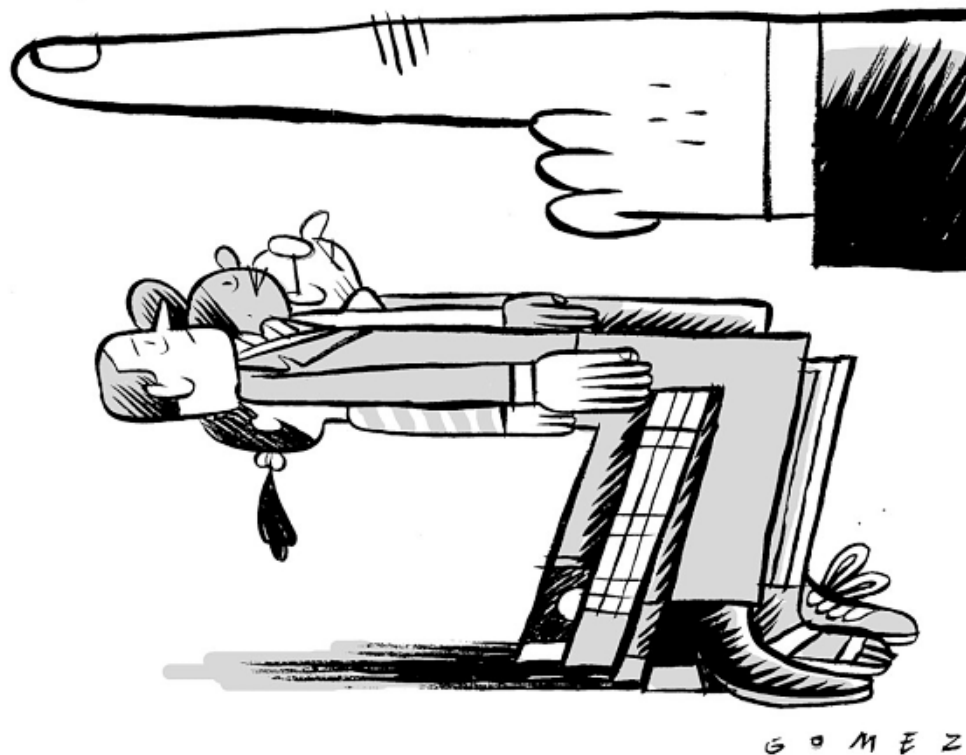


# Verga, mas não quebra

» LUÍS OTÁVIO LEAL  
Economista-chefe do Banco Alfa



probabilidade de ruptura ainda não é a predominante em qualquer análise, e esse apaziguamento ainda deverá se provar duradouro ou não, temos que pensar qual o impacto de um cenário de estresse permanente sobre as perspectivas para a economia brasileira.

O ponto de contato mais importante entre a crise política e a economia se dá tanto por meio das pesquisas de opinião a respeito do governo de Jair Bolsonaro, quanto por as que medem as chances de reeleição do incumbente. Quanto pior for o desempenho do presidente em ambas, maior será a tendência de tomar medidas populistas para reverter o seu desempenho ruim. Isso nos leva à questão fiscal e à discussão do Orçamento de 2022.

A inflação mais alta esperada para o final de 2021, por vários fatores, entre eles a crise hídrica, está reduzindo o espaço adicional que havia no teto dos gastos para acomodar, entre outras demandas, um Bolsa Família “turbinado”. A essa questão se soma o problema dos precatórios, que agrava ainda mais a situação. Enquanto isso, o Orçamento enviado pelo governo ao Congresso na semana passada não direciona a solução de nenhum desses problemas, até por limitações legais, fazendo com que a PEC dos Precatórios seja o ponto-chave para desarmar esse “nó górdio” fiscal. O problema é que o texto pautado na Câmara não foi bem-aceito pelo mercado e a solução via acordo na Justiça, conhecida como “Fux-Dantas”, pelos seus idealizadores serem os ministros do STF, Luiz Fux, e do TCU, Bruno Dantas, perdeu força após a escalada da tensão entre Bolsonaro e o Supremo.

Portanto, a conjunção de um governo en-

fraquecido pelo embate com o Judiciário e a necessidade de aumentar os gastos em um ano eleitoral, pode abrir espaço para soluções criativas para desatar o tal “nó górdio” fiscal, o que também não deve ser bem-aceito pelo mercado, ampliando o prêmio de risco embutido nos ativos brasileiros. Uma nova PEC protocolada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL/AM), acendeu uma luz no fim do túnel ao propor a retirada dos precatórios da conta do Teto em 2016, recalculando-o desde então. Essa proposta, além de eliminar a discussão sobre o calote do pagamento, abriria espaço ao redor de R\$ 20 bilhões no Teto para acomodar as demandas de novos gastos, como a do Auxílio Brasil.

Como as incertezas fiscais se refletem tanto em um câmbio mais desvalorizado quanto em taxas de juros de mercado mais elevadas, mantendo a política monetária pressionada e a contratação de crédito mais cara, reduzindo as perspectivas de crescimento da economia brasileira, o círculo vicioso se fecha com a piora na sensação de bem-estar econômico. Como está considerada uma variável-chave para a chance de qualquer presidente candidato à reeleição, voltamos às medidas populistas para alavancar as chances de Bolsonaro no pleito de 2022.

Se colocarmos no meio dessa confusão a questão da crise hídrica, podemos dizer que estamos em meio a uma “tempestade perfeita”, em que os problemas políticos, institucionais e econômicos se retroalimentam. As próximas semanas, portanto, podem ser decisivas para vermos se a “nossa” árvore vai continuar vergando à força do vento ou sucumbirá às forças da natureza.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Das fragilidades do mundo

Por certo, muitas são as fragilidades do mundo — desde sempre. A começar pela exploração do homem pelo homem. *Homo hominis lupus*, dizia o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) autor do clássico *Leviatã*. Com esse conceito, Hobbes queria expressar a ideia de que o homem, ao longo de toda a sua história, desde o aparecimento dos primeiros aglomerados humanos, havia confirmado sua posição como o maior dos inimigos de sua própria espécie, superando as feras em animosidade e vileza.

O mal está no semelhante, convivendo e espreitando bem ao lado. Por meio dessa relação conflituosa e por causa dela, o homem construiu todo o tecido da sua história no planeta. Talvez, por isso mesmo, a história do homem tenha se transformado na história da tragédia humana. O que o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, mencionou ontem, em seu discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU, como sendo as fragilidades do mundo, desnudadas pela covid-19, na verdade, poderiam ser assinaladas como as fragilidades humanas, deixadas à mostra por conta da pandemia, principalmente as do caráter, capazes, inclusive, de nos conduzir para o beco sem saída da extinção da espécie.

Com os pés mais fincados na realidade, o secretário-geral da ONU disse, acertadamente, do ponto de vista metafórico, que o mundo hoje está virado de cabeça para baixo, tais foram as transformações malélicas geradas pela pandemia de covid-19. Segundo ele, experienciamos agora, mais do que em qualquer outro momento de nossa história, a chegada conjunta dos quatro cavaleiros do apocalipse, representados pelo aumento das tensões geoestratégicas globais; a crise climática; a crescente e profunda desconfiança global, tudo isso associado ao que chamou de “lado negro do mundo digital”, representado aqui, entre outras torpezas, pelo mundo paralelo e perigoso das fakes news.

A essa crise de saúde histórica e universal, veio se juntar também a maior calamidade econômica vista em séculos. Para Guterres, o mundo assiste à maior onda de desemprego desde a Grande Depressão, em 1929, e que resultaria na eclosão da Segunda Grande Guerra. Com esse receituário danoso para o futuro da humanidade, registram-se novas e perigosas ameaças aos direitos humanos em toda a parte e ao mesmo tempo. Existe, ainda, a alimentar toda essa insegurança mundial, um acentuado aumento das tensões sociais e um alastramento dos casos de corrupção.

Na visão de mundo, que apenas indivíduos na função de secretário-geral da ONU têm, pelo envolvimento direto com variados problemas que ocorrem simultaneamente em todo o planeta, a pandemia catalisou ainda mais os problemas que o mundo sofria. Aumentaram as injustiças, molestando os mais vulneráveis e apagando o progresso de décadas. Como consequência, a pobreza está aumentando, pela primeira vez em 30 anos, em todo o mundo, desacelerando os indicadores de desenvolvimento humano e, em decorrência desses males, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão fora de controle.

Em meio a todo esse banzé, os esforços de não proliferação nuclear, segundo o secretário-geral, estão se esvaindo. “Nosso planeta está queimando”... “Enquanto o mundo todo está lutando, estressado à procura de lideranças reais e de ação”, alertou Guterres, ao parecer direcionar parte de seu discurso diretamente ao presidente brasileiro. Disse ele: “Populismo e nacionalismo têm falhado. Essas abordagens para conter o vírus têm com frequência tornado as coisas, evidentemente, piores. Tem havido, com muita frequência, também, uma desconexão entre liderança e poder.” É preciso ouvidos atentos para escutar as lamúrias do mundo, enquanto existe tempo para conter-lhes as lágrimas.

### » A frase que foi pronunciada

“O meu pai ensinou-me a trabalhar; não me ensinou a amar o trabalho”

Abraham Lincoln

### » História de Brasília

Temos acompanhado, desde há muito, o trabalho do cel. Dagoberto Rodrigues em Brasília, e somos entusiastas do diretor do DCT. Essa é a razão de abordarmos, hoje, assuntos ligados a essa repartição. (Publicada em 9/2/1962)

## Redução dos incentivos fiscais, o plano imperfeito

» LIVI GERBASE

Mestre em economia política internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Não é desta vez que o governo vai revisar os R\$ 300 bilhões que deixa de arrecadar por ano com incentivos fiscais

O governo federal enviou ao Congresso, no último 15 de setembro, um projeto de lei que propõe um Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais Federais. Tal plano estava previsto na Emenda Constitucional (EC) 109, aprovada em março deste ano. Quando foi proposto, a ideia era promover responsabilidade fiscal não só por meio de cortes de despesas, mas também via redução nos incentivos fiscais, que custam mais de R\$ 300 bilhões por ano aos cofres públicos e afetam o déficit primário e o financiamento de políticas públicas.

Em contraposição a esse objetivo declarado, o plano apresentado não visa uma diminuição substancial dos incentivos. Foi realizada uma interpretação restritiva da EC 109, que reduziu o possível impacto do plano nas contas públicas: em cima de uma estimativa de R\$ 307,9 bilhões de incentivos fiscais para 2021, o plano propõe uma redução de apenas R\$ 22,4 bilhões nos próximos cinco anos. A expectativa criada com a aprovação da EC 109 era de redução, em oito anos, de 50% do total de incentivos fiscais, que cairiam de 4% para 2% do PIB.

O plano também não possui explicações so-

bre qual foi o processo de escolha de quais incentivos serão cortados. Como são políticas públicas, assim como as despesas diretas do governo, esses gastos indiretos deveriam passar por um processo de avaliação pautado por objetivos e metas, para que fossem elencados critérios para a redução ou renovação de cada incentivo.

Indo para a realidade, a justificativa que aparece no Projeto de Lei é simplesmente não renovar os incentivos que estão com prazos próximos ao fim, além dos já discutidos na proposta de Reforma do Imposto de Renda, elaborada pelo Ministério da Economia. Meta-de dos incentivos fiscais nem entrou no Plano por se ter sido colocada como exceção na EC 109, como os da Zona Franca de Manaus e o programa Simples Nacional.

Não houve critérios para a escolha dos incentivos, pois não há transparência nos incentivos fiscais, isto é, não sabemos que empresas recebem os incentivos. Isso impede não só avaliações governamentais, mas também o escrutínio da sociedade, que não sabe para onde estão indo os seus recursos. Se não são monitorados, esses incentivos passam a ser privilégios fiscais, muito diferentes dos gastos diretos do governo federal, que são constantemente monitorados por meio de processos orçamentários anuais.

É nesse sentido que o Inesc, FIAN Brasil, ACT Promoção da Saúde e Campanha Contra

os Agrotóxicos, com apoio da Purpuse, lançaram recentemente a campanha *Só Acredito Vendo*, que visa à aprovação do PLP 162/2019, o qual obriga a Receita Federal a divulgar os beneficiários dos incentivos fiscais. O PLP passou no Senado e, agora, está a caminho do plenário da Câmara dos Deputados.

A *Só Acredito Vendo* analisa também incentivos federais que são danosos ao meio ambiente e à saúde — são concedidos anualmente cerca de R\$ 4 bilhões à indústria de refrigerantes, R\$ 1,7 bilhão aos agrotóxicos e R\$ 20 bilhões à produção de petróleo e gás. No PL, esses incentivos não serão cortados, enquanto o plano propõe o fim da Lei de Incentivo ao Audiovisual, principal fonte de financiamento do cinema brasileiro. O critério “não renovar os incentivos que estão findando” não parece ser o melhor para enfrentar os problemas de um país em crise sanitária, ambiental, econômica e social.

Precisamos, urgentemente, de um processo sério de revisão dos incentivos fiscais, que aumente o espaço fiscal para políticas públicas e garanta que os incentivos dados às empresas de fato beneficiem as pessoas e promovam emprego e renda. Não veio desta vez. A proposta é mais um atestado da vontade do governo federal de manter os privilégios das elites econômicas em detrimento de investimentos em políticas sociais no Brasil.